



Número: **0807729-59.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **10/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RISOLENO FERNANDES DE AQUINO (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42844 691	10/05/2019 12:15	<a href="#">PROCURAÇÃO (3)</a>	Procuração
42844 708	10/05/2019 12:15	<a href="#">Documentos do sinistro</a>	Documento de Comprovação
42844 720	10/05/2019 12:15	<a href="#">Negativa administrativa</a>	Documento de Comprovação
43482 159	28/05/2019 13:59	<a href="#">Citação</a>	Citação

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS  
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Risoleto Fernandes de Aguiar brasileiro(a) casado, Português, portador do CPF: 066.245.634-35 residente na Rua: Maria Clara da Conceição 310, Bairro: Abolição IV, COMARCA Mossoró, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula **" ad exitum";**

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 09/05 /2018.

Contratante: x Risoleto Fernandes de Aguiar

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO

OAB/7469

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Risolino Fernandes de Aguiar brasileiro(a)-  
casado, Pedreiro, portador do RG nº 001.328.443 e do  
CPF nº 066.245.634-35 residente na RUA: Rua Clara do Carmo  
BAIRRO: Abolição IV COMARCA Mossoró - Rio  
Grande do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA  
MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; DARTWENZ  
WAMBERTO BARBOSA SALES (OAB9822/RN) podendo serem intimados na Rua  
Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e  
gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia",  
para ajuizar ação de cobrança na Comarca Mossoró -RN,  
podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo,  
receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica,  
oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL,  
decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, e  
ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta  
com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial,  
acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado  
ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou,  
qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio  
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito  
do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao  
bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 09/05/2018.

Outorgante: Risolino Fernandes de Aguiar  
• Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de  
13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.

## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Risoleto Fernandes de Aguiar brasileiro(a), casado, Pedreiro  
portador do RG nº 009.328.449 e do CPF 066.243.63435 residente na  
Rua: Maria Clara Jacarandá na Cidade de Mossoró - Rio Grande do  
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma  
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as  
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na  
Comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte. Afirma ainda  
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a  
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 09/05/2018.

Declarante: x Risoleto Fernandes de Aguiar

### CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, Rosolino Fernandes de Aquino brasileiro, casado,  
Pedreiro, com CPF nº 066.243.634-39 residente na  
Rua Maria Clara da Conceição nº 340, BAIRRO: Abelardo  
Mossoro -RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento  
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,  
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei  
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e  
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o  
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro-RN, em 09 / Maio / 2019

Declarante: x Rosolino Fernandes de Aquino

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

Nome completo da vítima

066.243.634-35

Risoldino Fernandes de Aguiar

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo	CPF titular da conta	Profissão
Risoldino Fernandes de Aguiar	066.243.634-35	Recusado
Endereço	Número	Complemento
Rua: Maria Clara da Conceição	330	Casa
Bairro	Cidade	Estado
Abdício IV	José	RJ
Email	CEP	Telefone (DDD)
	59614-885	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

- ☒ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00  
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

- ☐ BRADESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAÚ (341)  
☒ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA

NRO.

3064

(Informar dígito se existir)

D/V

CONTA

NRO.

0030195

(Informar dígito se existir)

D/V

☐ CONTA CORRENTE (todos os bancos)

BANCO

Nome

NRO.

AGÊNCIA

NRO.

(Informar dígito se existir)

D/V

CONTA

NRO.

(Informar dígito se existir)

D/V

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

José 28 de Agosto de 2018

Local e Data

x Risoldino Fernandes de Aguiar

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL\* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal\* é obrigatório para os seguintes casos:

**Casos com vítima entre 0 a 15 anos** – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

**Casos com vítima entre 16 e 17 anos** – Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

**Casos com vítima interditada com curador** – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Rosolino Fernandes de Aguiar

CPF da Vítima

066.245.634-33

Data do Acidente

26.07.2018

**REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA**

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

**Assinalar uma das opções abaixo:**

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do 5º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

26 de Agosto de 2018

Local e Data

Rosolino Fernandes de Aguiar

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Risoldino Fernandes de Aquino,  
RG nº 001.528.445, data de expedição 08/03/2018 Orgão SSP/RN  
CPF nº 066.245.634.35, venho perante a este instrumento declarar que não  
posso comprovar de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido  
no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em  
nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Josina Clara da Conceição</u>
Número	<u>310</u>
Apto / Complemento	<u>Casa</u>
Bairro	<u>Abolição IV</u>
Cidade	<u>Jossonó</u>
Estado	<u>RN</u>
CEP	<u>59.614-885</u>
Telefone de Contato	<u>18419-9852-8771</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Jossonó/RN 08/08/2018

Assinatura do Declarante: Risoldino Fernandes de Aquino



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, com CPF nº \_\_\_\_\_, residente na  
Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, BAIRRO: \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_-RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento  
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,  
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei  
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e  
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o  
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro-RN, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Declarante: x Rivaldo Fernandes de Aquino

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS**  
**COM CLAUSULA "AD EXITUM"**

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante \_\_\_\_\_, brasileiro(a) \_\_\_\_\_, portador do CPF: \_\_\_\_\_, residente na Rua: \_\_\_\_\_,

Bairro: \_\_\_\_\_, COMARCA \_\_\_\_\_, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de \_\_\_\_\_-RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula **" ad exitum";**

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

Contratante: *Xisabel no Fernandes de Aguiar*

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO  
OAB/7469

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

P R O C U R A Ç Ã O "AD JUDICIA"

Outorgante: \_\_\_\_\_, brasileiro(a)-  
\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, e do  
CPF nº \_\_\_\_\_, residente na RUA: \_\_\_\_\_,  
BAIRRO: \_\_\_\_\_ COMARCA \_\_\_\_\_ - Rio  
Grande do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA  
MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; DARTWNZ  
WAMBERTO BARBOSA SALES (OAB9822/RN) podendo serem intimados na Rua  
Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e  
gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia",  
para ajuizar ação de cobrança na Comarca \_\_\_\_\_-RN,  
podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo,  
receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica,  
oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL,  
decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, e  
ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta  
com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial,  
acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado  
ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou,  
qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio  
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito  
do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao  
bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

Outorgante: *Isidoro Fernando de Aguiar*  
• Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de  
13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



## DECLARAÇÃO DE POBREZA

\_\_\_\_\_, brasileiro(a), \_\_\_\_\_,  
portador do RG nº \_\_\_\_\_, e do CPF \_\_\_\_\_, residente na  
\_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_ - Rio Grande do  
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma  
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as  
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na  
Comarca de \_\_\_\_\_ - Rio Grande do Norte. Afirma ainda  
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a  
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

Declarante: x *Lisicleu Fernandes de Aguiar*

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 001.528.445 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/03/2018

RENOME RISELENO FERNANDES DE AQUINO

RELACÃO

FRANCISCO DE ASSIS DE AQUINO FILHO

FRANCISCA FERNANDES DE AQUINO

NATURALIDADE MISSOURI RN DATA DE NASCIMENTO 20/01/1979

CERT. DE CASAMENTO L-9 16 F-15 RG-18115

MISSOURI OR-4 CARTÓRIO

2a. VIA

CPF 066.245.634-35

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TECNICO-CIENTIFICO DE PERICIA

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO-II

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTeira DE IDENTIDADE

**TCM**  
FIBRA-OPTICA

00725821 - RISOLENO FERNANDES DE AQUINO  
RUA MARIA CLARA DA CONCEICAO 310 POUSADA DOS THERMAS

Abolicao IV  
MOSSORÓ - RN  
59614885

Vencimento: 28/08/2018

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

Sistema Oeste de Comunicação Ltda  
Insc. Estadual - 20.072.616-7 / Insc. Municipal - 0043464  
CNPJ - 00.713.577/001-98  
Rua Dr. João Marcelino, 2010 - Mossoró / RN  
Nova Brasília - CEP: 59611-000  
www.portalcm.com.br  
Fone: 64 3215 0700 - SAC: 2315-0717

PARA USO DOS CORREIOS

- ☐ Mudou-se  
☐ Endereço insuficiente  
☐ Não existe N° indicado  
☐ Desconhecido  
☐ Não procurado

- ☐ Ausente  
☐ Falecido  
☐ Inf. Escrita pelo porteiro/síndico  
☐ Outros

Reintegrado ao Serviço Postal em:

Responsável



CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
SAC 0800 726 0101  
OUVIDORIA 0800 725 7474

236-367339167-6

24/AGO/2018

HORA DE 10:01:43

TERM: 055664

LUT: 17.023130-5  
LOCALIDADE: MOSSORO  
AG. VINCULADA: 3064

CONTROLE: 386774784

DEPOSITO EM DINHEIRO

3064 013 00050195-5

RISOLENO FERNANDES DE A

10,00

VALOR

DEPOSITO REALIZADO COM SUCESSO, A PREVISAO  
DO CREDITO NA CONTA E DE 48-30 MINUTOS

ESTE RECIBO E VALIDO COMO  
COMPROVANTE DE DEPOSITO

236-367339167-6

VIA



SESAP/RN - HOSPITAL REG. TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA  
BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 19850 /2018  
Admissão: 26/07/2018 14:41:57

OK

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - AMARELO

Paciente: 12776 - RISOLENO FERNANDES DE AQUINO (39 a 6 m 6 d)

Nascimento: 20/01/1979 Natural: MOSSORO, BRASIL Sexo: M Cor: PARDA  
CNS: 700003734750304 CPF: 06624563435 Prof:  
Mãe: FRANCISCA FERNANDES DE AQUINO Pai: FRANCISCO DE ASSIS DE AQUINO FILHO  
Logradouro: MARIA CLARA DA CONCEICAO, 310 Cidade: MOSSORO  
CEP: 59617325 Bairro: ABOLICAO IV  
Telefone: 84.87925813 84 87925813 Compl: POUSADA DAS THERMAS

Motivo (alegado pelo paciente): QUEDA - MOTO  
Origem: FAMILIA

Tipo: REGULADO  
\*Empresa:

OBS: UPA S ANTONIO - DRA DANUBIA					Classificação: 26/07/2018 14:40:23		PESO:		
HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: TRAUMA EM CLAVICULA D

Hora: \_\_\_\_\_

QR+ADN: Paciente politraumatizado refere ter sido vítima de queda de moto há 12h. Uvra copete 1 nege copete 2160: perda da consciência ou omnieis rutrograda ao trauma. Nega alergias.

As exame:

A  
B  
C  
D  
E - Sem alteração

E - Dor em ombros D e clavícula D.  
- Lesão certa-contusa de 1cm em região temporal D.

Diagn. Inicial: CD: rutrograda lesão de cavo colado. Alta de cirurgia genl.

PRESCRIÇÃO:	VIA	HORÁRIO	ASSINT.
1- Dapirona 01mg + ABD EU		C	
2- Talidil 40 mg + ABD EU		C 15:20	
3- Solicito avaliação do ORTOPIEDIA			
4- Solicito avaliação do NCI			
5- SPO9% 200ml, 6h, por 24h			

Cirurgia de Cabeça e Pescoço  
Cirurgia Geral  
CRM/RN 6382

\*Saída: - ( ) Decisão médica; ( ) Enc.outro Serviço; ( ) Evasão; ( ) Interna: CID \_\_\_\_\_ Proc. \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/18. Hr: \_\_\_\_:\_\_\_\_ Ass. Médico: \_\_\_\_\_

\*Gerado via SX por ANTONIO CAVALCANTE NEGREIROS. Impresso em 26 de Julho de 2018.

Dr. Vicente Andrade  
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA  
CRM 5392 - TITULO

26/07/18. Outubro  
Dor no Int 0.

Dor + sang. Oro Bu  
M.V. No Ar

S/ Dor - c5:

R: Testes Clave D

Ch. Bussme

- 512 -

16:20

Dr. Vicente Andrade  
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA  
CRM - 5592 - TEOT 10481

W Dor/  
Quem se nota q tem a  
perna de consuetudo

EX NEURO:

Ref. L5, significant, si dor em  
coluna

te crânio: não

em: Acta de y orientações

atuação liberação de um  
hem

Stacyn Freire dos Santos  
CRM 6722  
Neurologia





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL

SEGUNDO DISTRITO POLICIAL 2º DP/MOSSORÓ

Rua Camilo de Paula, s/nº, Bairro Nova Betânia, Mossoró-RN, Tel.(0xx84) 3315-5592

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 675/2018.**

**NATUREZA DA OCORRÊNCIA:** Declarou que ocorreu acidente com moto (Declaração para fins protocolares de solicitação do pagamento DPVAT)

**LOCAL DO FATO:** Declarou que rua não sabe informar, próx. ao Cond. quintas do Largo, Mossoró/RN.

**DATA E HORA DO FATO:** Declarou que ocorreu no dia 26/07/2018, por volta das 1:00hs.

**DECLARANTE:** Rizoleno Fernandes de Aquino

**ENDEREÇO RESIDENCIAL:** Rua Maria Clara da Conceição 310 Pousada dos Termas, Mossoró/RN.

**DATA DE NASCIMENTO:** 20/01/79

**DOCUMENTO:** RG nº 001528445

**TEL:** (84) 998686865

**VÍTIMA:** Declarante disse ser a vítima do ocorrido.

**NOTICIADO:** Declarou ser um condutor de um carro, não sabe o nome, não sabe a placa, não conhece, não informou.

**DECLARAÇÃO DA OCORRÊNCIA**

Declarou que no dia, hora e local supracitados, era conduzido na garupa da moto placa OWD1027/RN, RENAVAM nº 0106719867, Honda Biz, em nome Ivoneide maria da Silva, quando o acusado colidiu seu carro frontalmente contra a motocicleta na qual era conduzido na garupa na via; Declarou que em razão do ocorrido sofreu queda da sua moto na via; Declarou que o acusado se evadiu do local; Declarou que foi atendido no Hospital Regional Tarcísio Maia; Declarou que compareceu e relatou o presente BO nesta delegacia para cumprir fins protocolares administrativos de solicitação do pagamento do seguro DPVAT; Declarou que não deseja representação criminal ou instauração de procedimento policial investigatório para apurar nesta delegacia o ocorrido relatado; Nada mais disse.

**DATA E HORÁRIO DA DECLARAÇÃO:** 09/08/2018, às 11h30min.

OBS: Todas as informações constantes neste B.O. são de inteira responsabilidade do declarante.

OBS.: Não compareceu nenhum servidor desta delegacia (2ª DP/Mossoró-RN) no local do ocorrido declarado para constatar a veracidade das informações prestadas.

**ASSINATURA DO DECLARANTE RESPONSÁVEL**

apc helder-1690205







## DECLARAÇÃO DO PROPRIETARIO DO VEICULO

EU IVONEIDE MARIA DA SILVA

RG 1302.989 DATA DA EXPEDIÇÃO 27 / 08 / 1990

ÓRGÃO ITEP RN PORTADOR DO CPF 853.071.574.87 COM

DOMICILIO NA CIDADE DE MOSSORO NO ESTADO DE RN

ONDE RESIDO NA (RUA, AVENIDA, RSTRA) Maria Clara da  
conceição Nº 958

DECLARO SOB AS APENAS DA LEI, QUE O VEICULO ABAIXO MENCIONADO E (ERA) DE MINHA  
PROPRIEDADE NA DATA DO ACIDENTE OCORRIDO COM A

VITIMA Risoleno Fernandes da Silva CUJO O CONDUTOR  
ERA

VEICULO Moto

MODELO Honda Biz 125 ES

ANO 2015

PLACA 060 1027

CHASSI 9C2JP4820FR507312

DATA DO ACIDENTE 26/07/2018

IVONEIDE MARIA DA SILVA

ASSINATURA DO DECLARANTE

Risoleno Fernandes de Aquino

ASSINATURA DO CONDUTOR (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)





## PROCURAÇÃO PARTICULAR

### BENEFICIÁRIO/VITIMA:

Nome: Risoleño Fernandes de Aquino

Nacionalidade: Brasil Est. Civil: casado

Profissão: Pedreiro Identidade: 001-528.445

Endereço: Maria clara da concição nº 310

### PROCURADOR:

Nome: Wenilde Maria da Silva

Nacionalidade: Brasil Est. Civil: casada

Profissão: Do lar Identidade: 1-302 989

CPF: 853.071.574-87

Endereço: Maria clara da concição nº 958

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador acima qualificado, podendo o mesmo representar-me perante a Seguradora Lider dos Consórcios DPVAT, bem como perante qualquer seguradora que faz parte do Consorcio DPVAT, também perante aos pontos de atendimento da Seguradora Lider (Correios, Sincors e Corretores), para fim específico de dar entrada no meu seguro DPVAT, podendo para tanto, assinar aviso de sinistro, autorização de pagamento e prestar declarações, bem como, levantar valores decorrente da indenização do Seguro DPVAT, junto ao Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal ou Bradesco ou qualquer outra agência credenciada, podendo ainda assinar, dar e receber quitação, tudo para o fiel cumprimento deste mandato.

ASSÚ, RN 24/08/2018  
Local e data

1º OFÍCIO

Risoleño Fernandes de Aquino

Assinatura do Beneficiário/Vítima  
(reconhecer firma por autenticidade)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
 IVONEIDE MARIA DA SILVA

DOC IDENTIDADE / ORIG EMISSOR UF  
 1302969 SSP RN

CPF DATA NASCIMENTO  
 853.071.574-87 11/09/1970

FILIAÇÃO  
 JOSE OLIVEIRA DA SILVA  
 MARIA DAS GRACAS DA  
 CONCEICAO SILVA

PERMISSÃO ACC CAT/MAR  
 01/10/2018 26/01/2010

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO  
 04869141660 01/10/2018 26/01/2010

OBSERVAÇÕES  
 EXERCE ATIV REMUNERADA:

Assinatura do Portador

LOCAL DATA EMISSÃO  
 MOSSORO, RN 06/10/2014

28701430009  
 RN702053864

DETRAN - RN (RIO GRANDE DO NORTE)

VÁLIDA EM TODOS  
 O TERRITÓRIO NACIONAL  
 1003646555

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 1003646555

**TCM**  
FIBRA OPTICA

00725821 - RISOLENO FERNANDES DE AQUINO  
RUA MARIA CLARA DA CONCEICAO 310 POUSADA DOS THERMAS

Abolicao IV  
MOSSORÓ - RN  
59614885

Vencimento: 28/08/2018

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

Sistema Oeste de Comunicação Ltda  
Proc. Estadual - 20.072.616-1 / Proc. Municipal - em uso  
CNPJ 02.713.377/201-98  
Rua Dr João Marcelino, 2010 - Mossoró/RN  
Nova Betânia - CEP 59611-200  
www.surikton.com.br  
Fone: 54-3318 0700 - SAC: 3215-0717

- ☐ Mudou-se  
☐ Endereço insuficiente  
☐ Não existe Nº indicado  
☐ Desconhecido  
☐ Não procurado

PARA USO DOS CORREIOS

- ☐ Ausente  
☐ Falecido  
☐ Inf. Escrita pelo portador/indico  
☐ Outros

Reintegrado ao Serviço Postal em:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável:

06/68



**DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO**  
**CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES:**

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP<sup>1</sup> nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF<sup>2</sup>**.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu Donilde Maria da Silva inscrito (a) no CPF sob o Nº 853.071.574/87, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Rosoleno Fernandes de Aguiar inscrito (a) no CPF sob o Nº 066.245.634/35, do sinistro de DPVAT cobertura invalidez da Vítima Rosoleno Fernandes de Aguiar inscrito (a) no CPF sob o Nº 066.245.634/35, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: Recesso Renda: Recesso e apresento os documentos comprobatórios:

Recesso

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço		Número	Complemento
<u>Rua: Maria Clara da Conceição</u>		<u>340</u>	<u>casa</u>
Bairro	Cidade	Estado	CEP
<u>Abelardo IV</u>	<u>Mossoro</u>	<u>RN</u>	<u>59.614-885</u>
Email	Telefone comercial(DDD)		Telefone celular (DDD)
			<u>18419-9832-874</u>

Mossoro de Agosto de 2018  
Local e Data

Donilde Maria da Silva  
Assinatura do Declarante



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Ilvoneide Maria da Silva,

RG nº 3302989, data de expedição 06/10/2014 Órgão SSP/RE

CPF nº 853.071.574, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua Clara da Conceição</u>
Número	<u>320</u>
Apto / Complemento	<u>Casa</u>
Bairro	<u>Pousada dos Termos</u>
Cidade	<u>Mossoro</u>
Estado	<u>RU</u>
CEP	<u>59.634.883</u>
Telefone de Contato	<u>18419-9852-8771</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Mossoro, RU 28/08/2018

Assinatura do Declarante: Ilvoneide Maria da Silva

Rio de Janeiro, 12 de Novembro de 2018

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3180526216

Vítima: RISOLENO FERNANDES DE AQUINO

Data do Acidente: 26/07/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: IVONEIDE MARIA DA SILVA

**Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Senhor(a), RISOLENO FERNANDES DE AQUINO**

O(s) documento(s) abaixo não permitiram o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Boletim de ocorrência  
Declaração do Proprietário do Veículo

Sendo assim, favor entrar em contato com um dos canais relacionados a seguir para as informações necessárias.

Ponto de atendimento, onde o seu pedido do Seguro DPVAT foi entregue, ou site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br) ou Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Pag: 00581/00582 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13581491



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0807729-59.2019.8.20.5106

### DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 10 de maio de 2019.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito